

“TRABALHO E SOCIABILIDADE” NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS DOS CURSOS DE LICENCIATURAS E DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Fábio César da Fonseca¹
Marta Regina Farinelli²

RESUMO

Os cursos de Licenciaturas e de Serviço Social da UFTM possuem uma matriz curricular com um “Ciclo Comum de Formação”, cujo objetivo primordial é o de formar profissionais com uma visão crítica, humanista e de totalidade sobre o processo histórico de construção do mundo humano, suas divergências, contradições e complexidade. Nesta matriz está presente uma unidade temática, que trabalha especificamente – em consonância com outras unidades, como “Homem, sociedade e cultura” e “Raízes da modernidade”, dentre outras – as questões do mundo do trabalho e as relações sociais, intitulada “Trabalho e Sociabilidade”. É uma unidade de natureza interdisciplinar que destaca a centralidade do trabalho na vida e nas relações humanas. Vê o intercâmbio com a natureza como a relação fundamental que garante a existência humana e põe o tornar-se humano como processo social, econômico, político, cultural e histórico. O trabalho constitui a mediação essencial que tece os fios do ser social e dá ritmo aos encontros e desencontros que estão na base das sociabilidades. A história, a sociedade, a cultura e a comunicação se entrelaçam para, a partir das relações de trabalho, construir a dinâmica social. Entende o ser social como essencialmente humano, pois só o ser humano trabalha, faz ciência, constrói abrigos, cidades e meios de transportes, produz instrumentos e tecnologias, desenvolve a matemática, a física, a química, a biologia, a história, a geografia e muitas outras formas de conhecer, articular e relacionar os fios que compõem o tecido social. Temos como objetivo demonstrar a relevância e a centralidade das reflexões de “Trabalho e Sociabilidade” na formação de professores – de Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Matemática e Química – e do bacharel em Serviço Social, como reflexões que se integram na vida e nas ações das pessoas enquanto forma e instrumento de luta contra uma sociedade alienada.

¹ Cientista social, mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFU, doutor em Sociologia pela UNESP/Araraquara, docente da unidade temática “Trabalho e Sociabilidade” nos cursos de Licenciaturas e de Serviço Social e de “Teoria Política” no curso de Serviço Social da UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG. E-mail: fabiofonseca@uol.com.br

² Assistente Social, mestre e doutora em Serviço Social pela UNESP/Franca, docente da unidade temática “Trabalho e Sociabilidade” nos cursos de Licenciaturas e de Serviço Social e de “Questão Social: realidade local e regional” no curso de Serviço Social da UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG. E-mail: martaregina@servicosocial.uftm.edu.br

Os cursos de Licenciaturas e de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, UFTM, estão estruturados com uma matriz curricular que tem como objetivo formar professores e assistentes sociais com uma visão generalista, crítica e humanista. A matriz é articulada com um Ciclo Comum de Formação, que todos os alunos cursam durante um ano, no primeiro e no segundo períodos. O Ciclo Comum é composto por unidades temáticas obrigatórias e eletivas, como “Homem, Sociedade e Cultura”, “Trabalho e Sociabilidade”, “Formação Sócio-histórica do Brasil”, “Raízes da Modernidade”, “Leitura e Produção de Textos” e outras.

No Ciclo Comum, os alunos não são separados por turmas específicas de curso. Alunos de todos os cursos – Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Matemática, Química e Serviço Social – se misturam na formação das turmas, o que proporciona uma convivência de alunos com diferentes perspectivas de vida e profissionais, juntamente com a experiência cotidiana de sala de aula em que são debatidos temas relacionados com a antropologia, comunicação e novas tecnologias, economia, educação, filosofia, geografia, história, leitura e produção de textos, matemática e sociologia. É nesse sentido que o Ciclo Comum se afirma enquanto compromisso com uma formação generalista e crítica sobre a sociedade e o mundo em que vivemos, com suas transformações rápidas, complexas e suas bases de exploração humana, injustiças e destruição ambiental.

A unidade temática “Trabalho e Sociabilidade” tem uma função essencial na articulação do Ciclo Comum e na formação integral dos alunos. Isso porque a perspectiva que é discutida com os alunos é a do trabalho como fundante do ser social, portanto, a do trabalho como determinante das várias formas de sociabilidade. Assim, a discussão em torno da ontologia do trabalho embasa o conteúdo programático de “Trabalho e Sociabilidade”, que passa por vários temas, como trabalho e liberdade, alienação e emancipação, exploração e estranhamento, sociedade e indivíduos, produção e reprodução das relações sociais de produção, reprodução social e educação, reestruturação produtiva do capital, sistema do capital, globalização e sociedade de classes.

Nesse contexto, as análises de Marx, Engels, Lukács e Mészáros são cruciais para a compreensão dos mecanismos de dominação presentes no tecido social e nas articulações das sociabilidades. Os alunos são desafiados a refletir sobre o sentido e os fundamentos históricos de suas profissões no contexto atual das relações capitalistas de produção, ou seja, o que significa ser professor ou assistente social numa sociedade em que o trabalho é a categoria essencial de produção de riqueza enquanto os trabalhadores são desvalorizados

e explorados nas relações cotidianas de trabalho. São discutidas e debatidas as formas materiais e ideológicas de dominação, como as que estão presentes na sociedade capitalista, que, enquanto sociedade alienada, insiste na fórmula ideológica da concepção do homem enquanto ser egoísta por natureza, ou como as do mundo da educação, isto é, aquelas que impõem a educação como mecanismo que reproduz as relações de produção dominantes.

Em “Trabalho e Sociabilidade” temos a preocupação de construir reflexões sobre as bases do pensamento científico e os métodos que lhe dão sustentação, como uma maneira de proporcionar aos alunos fundamentos para a compreensão e a capacidade de contextualizar o método na estrutura social. A partir dessas considerações, passemos a algumas análises e fundamentações de nosso trabalho docente na unidade temática “Trabalho e Sociabilidade”.

Mészáros, em sua obra *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*, faz todo um percurso histórico e analítico para demonstrar como o método é socialmente determinado. Sua análise contempla os principais pensadores e articuladores das ideias relacionadas dialeticamente com a sustentação do sistema do capital, sobre a adesão consciente desses pensadores à ordem sociometabólica do capital. Assim Mészáros (2009, p. 12), ao se referir a esses pensadores, afirma que:

A determinação social do método não significa – e não pode significar – que a posição metodológica e ideológica correspondente ao ponto de vista do capital seja *imposta* aos pensadores em questão, incluindo as figuras mais destacadas da economia política burguesa e da filosofia. Eles próprios *incorporam-na* ativamente *como sua*, ao longo da articulação – e do processo criativo dessa articulação – da posição que integra os *interesses* fundamentais, bem como os *valores*, de uma ordem sociorreprodutiva com a qual se identificam. Eles são *participantes conscientes* numa empreitada que sempre envolve o conflito e o confronto com os defensores de conjuntos de valores potencialmente rivais – ainda que os interesses sociais correspondentes não sejam (ou não possam ser, em virtude da imaturidade histórica das forças sociais relevantes) inteiramente explicados por seus adversários –, pois mesmo a *ideologia dominante* mais arraigada jamais pode ser *absolutamente dominante*. Em outras palavras, não é possível que ela seja tão completamente dominante a ponto de poder ignorar inteiramente uma posição alternativa que tenha ao menos o potencial de adquirir um grande alcance. Nem mesmo quando, numa determinada versão, a ideologia dominante reivindica sem hesitação o privilégio de representar o único ponto de vista sustentável que, a seu ver, está inteiramente de acordo com *a própria natureza*, ou quando, numa outra abordagem, mas com o mesmo senso de exclusividade, afirma que ela corresponde à “concretude racional” do “Espírito do Mundo”.

Essas considerações demonstram, de fato, o quanto os interesses, os valores, de uma ordem sociorreprodutiva estão presentes na ideologia dominante, ou seja, na ideologia da reprodução sociometabólica do capital. Nas suas formas complexas, a realidade percebida e apreendida pelos grandes pensadores podem ter ou não o potencial de revelar e defender caminhos alternativos à ordem socioeconômica dominante. É isso que Mészáros coloca com propriedade.

Partimos dessa compreensão justamente para asseverarmos que “Trabalho e Sociabilidade” é uma unidade temática estruturada nos princípios de uma posição metodológica alternativa às imposições do sistema do capital enquanto sistema e visão dominante que se coloca como a perspectiva natural e única de construção histórica do mundo humano.

Avaliamos que a perspectiva de totalidade é fundamental para compreendermos a relação entre trabalho e sociabilidade. É nessa perspectiva que os fatores materiais e espirituais estão entrelaçados. Para pensadores como Marx, Engels, Lukács e Mészáros, os fatores determinantes da realidade social estão relacionados com as condições materiais, fundamentalmente com a forma das relações de trabalho entre os homens. Se a condição natural humana, ou seja, do homem enquanto ser social, é descaracterizada pelo trabalho estranhado, a sociedade torna-se alienada e a própria consciência humana é também alienada. Nessa condição é que os homens produzem o seu oposto, ou seja, o capital que os subjuga.

Essa questão pode ser iluminada e, portanto, melhor compreendida a partir de uma relevante consideração de Mészáros sobre a formulação marxiana do problema das classes e da consciência de classe como uma antítese. Ele parte da consideração de Marx de que proletariado e riqueza, enquanto antíteses, formam um todo, isto é, os dois são formas do mundo da propriedade privada. Assim, para que a propriedade privada se mantenha, o proletariado deve ser mantido. Trata-se do lado positivo, ou seja, da propriedade privada que se satisfaz a si mesma. O lado negativo é que o proletariado é obrigado a supra-sumir a si mesmo e, portanto, supra-sumir a propriedade privada. Ou seja, a condição para o desaparecimento da propriedade privada é o desaparecimento do proletariado. Segundo Mészáros (2008, p. 63), esta formulação tem dois pontos que devem ser enfatizados:

O primeiro ponto a ser enfatizado é a formulação marxiana do problema das classes como uma “antítese” (ou antagonismo estrutural), constituindo – com seus lados positivo e negativo – um todo único, cujos

elementos não podem *ser absolutizados* (uma vez que eles se mantêm ou caem juntos), nem podem, na verdade, ser conduzidos a uma trégua ou “reconciliação”. [...] O segundo ponto a ser enfatizado é a distinção entre os dois lados desse antagonismo em termos da consciência de classe, que não depende simplesmente de um *insight subjetivo*, mas de fatores *objetivos*: por um lado, o caráter “inconsciente” do capital, determinado por uma forma específica de desenvolvimento social que o força, “*contra seu desejo*”, a produzir o seu oposto; por outro, a necessidade, através de sua manifestação sob a forma de necessidade prática, que dá origem à autoconsciência. (A relação entre o “interesse de classe” e a “falsa consciência” tem de ser entendida como uma interação complexa desses fatores).

Como se depreende da afirmação acima, Marx tinha consciência da interação complexa dos fatores envolvidos na luta de classes. Não há reconciliação nem trégua entre os proprietários privados e o proletariado. Sua formulação teórica como um todo único não deixa de lado os fatores objetivos presentes na luta de classes. Esses fatores é que são fundamentais em termos da consciência de classe, já que esta não pode ser adquirida simplesmente como um *insight* subjetivo. É um processo histórico específico de desenvolvimento social que produz o caráter inconsciente do capital e força os trabalhadores a produzirem o seu oposto. É na interação complexa de vários fatores que a relação entre interesse de classe e falsa consciência tem de ser entendida. É nesse sentido também que, para Marx (1989), não é a consciência que determina o ser social, mas é, inversamente, o ser social que determina a consciência.

Essa constatação nos leva a buscar uma construção teórica que exige uma análise cuidadosa da relação entre a perspectiva materialista e a idealista da realidade histórica. Na verdade, o materialismo marxiano não pode ser tratado tão-somente como um economicismo reducionista, que menospreza dimensões fundamentais das relações humanas como a subjetividade, o desejo, a força inconsciente, a consciência, a autoconsciência e a complexa interação com os outros fatores.

Então, a preocupação de Marx não era tão-somente com as condições materiais do proletariado. O seu lado espiritual era também analisado cuidadosamente. Ora, a necessidade de auto-extinção do proletariado é a condição da extinção das condições de desumanização. Para que isso ocorra em amplitude e profundidade, a ação do proletariado, que deve se libertar para que a humanização dos próprios seres humanos aflore, tem de ser uma ação consciente e não uma auto-extinção impulsionada por uma “força inconsciente de alguma necessidade histórica mítica”. É nesse sentido também que, para Marx, o

homem é que persegue os seus objetivos e constrói a sua própria história. Sobre essa questão, Mészáros (2008, p. 63) considera que:

Também é importante notar a ênfase de Marx sobre o lado “espiritual” da miséria da classe subordinada, pois é costumeiro representar, de forma errônea, a visão marxiana de “miséria crescente” como meramente uma consideração material. Entretanto, o fato de que, segundo o pensamento de Marx, a partir dos primeiros escritos de *O capital*, os aspectos material e espírito-intelectual estão sempre associados, e a condição do trabalhador é descrita como em contínua deterioração, a despeito das melhorias materiais (“*seja seu salário alto ou baixo*”), precisamente por causa da inseparabilidade de ambos os aspectos.

Igualmente importante é a insistência de Marx sobre a “*auto-extinção*” do proletariado – definida como extintora, ao mesmo tempo, das condições de desumanização – não poder ser alcançada sem a ação *consciente* da classe que “pode e tem de se libertar”. Na verdade, o programa de “*auto-extinção*” seria uma contradição nos termos, se as coisas fossem deixadas para a força inconsciente de alguma “necessidade histórica” mítica. [Pode-se] ler em *A sagrada família*: “A História não faz nada [...] não é, por certo, a ‘História’ que utiliza o homem como meio para alcançar seus fins – como se se tratasse de uma pessoa à parte –, pois a História não é senão a *atividade do homem que persegue seus objetivos*”).

É relevante ressaltar na explicação acima de Mészáros que Marx tinha clareza da inseparabilidade dos aspectos material e espírito-intelectual na vida e nas condições de existência dos trabalhadores. Por isso que a ação da classe que pode e tem de se libertar, o proletariado, deve ser uma ação consciente. A miséria material é, sem dúvida, acompanhada de uma intensa miséria espiritual-intelectual.

Assim, a totalidade que envolve o desenvolvimento social e o processo histórico humano não pode ser desvinculada das relações dialéticas entre as condições materiais de existência e a consciência humana. Ora, a Educação trabalha essencialmente a dimensão da consciência. Educar, investigar, pesquisar, tomar consciência de fatos e ideias, aprofundar na identificação das forças em jogo na construção das sociabilidades e compreender as formas de relações de trabalho que são determinantes do ser social são relevantes nas ações cotidianas, no trabalho que efetuamos ou ao qual iremos nos dedicar num futuro próximo. É nesse sentido que “Trabalho e Sociabilidade” entende o processo de formação de professores e assistentes sociais nos cursos de Licenciaturas e de Serviço Social da UFTM.

Isso implica na construção de uma visão generalista e crítica, ou melhor, de totalidade e de suas forças específicas correspondentes. Trata-se realmente de um processo de construção histórico, sobre o qual devemos ampliar nossos conhecimentos, análises,

reflexões e avaliações no sentido de que nossos alunos possam construir suas intervenções na realidade social de forma crítica e bem fundamentada, isto é, com argumentações que contribuam com a formação crítica de alunos dos níveis fundamental e médio, no caso dos professores, e com o acompanhamento consciente e dialógico-crítico das pessoas, sobretudo as que vivem à margem da sociedade, bem como na intervenção, elaboração e implementação de políticas públicas que visem a emancipação humana, no caso dos assistentes sociais. Para ambos, o conhecimento sobre as condições materiais de existência contemporâneas, fundamentalmente desenvolvidas a partir das formas de relações de trabalho predominantes, é imprescindível para a formação dessas consciências críticas.

Continuemos nossa fundamentação teórica sobre a relevância que defendemos de “Trabalho e Sociabilidade” na formação de professores e assistentes sociais na UFTM. Por exemplo, Marx e Engels estão muito atentos às condições de vida, às relações humanas, às conexões sociais, às ações dos homens entre si, à estrutura social que é construída historicamente por seres humanos ativos, cujas atividades vivas e em conjunto produzem uma estrutura social complexa em que a condição material e a espiritual estão dialeticamente entrelaçadas e a qual os próprios seres humanos devem perceber como construção humana e histórica. É nesse sentido que, em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2007, p. 32) fazem a seguinte crítica a Feurbach:

É certo que Feuerbach tem em relação aos materialistas “puros” a grande vantagem de que ele compreende que o homem é também “objeto sensível”; mas, fora o fato de que ele apreende o homem apenas como “objeto sensível” e não como “atividade sensível” – pois se detém ainda no plano da teoria –, e não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que eles são, ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração “o homem real, individual, corporal”, isto é, não conhece quaisquer outras “relações humanas” “do homem com o homem” que não sejam as do amor e da amizade, e ainda assim idealizadas. Não nos dá nenhuma crítica das condições de vida atuais. Não consegue nunca, portanto, conceber o mundo sensível como a *atividade* sensível, viva e conjunta dos indivíduos que o constituem, e por isso é obrigado, quando vê, por exemplo, em vez de homens sadios um bando de coitados, escrofulosos, depauperados e tísicos, a buscar refúgio numa “concepção superior” e na ideal “igualização no gênero”; é obrigado, por conseguinte, a recair no idealismo justamente lá onde o materialista comunista vê a necessidade e simultaneamente a condição de uma transformação, tanto na indústria como da estrutura social.

Essa reflexão traz questões muito importantes sobre a aplicação de “Trabalho e Sociabilidade”, especificamente em torno de seus limites e alcances. No entanto,

trabalhamos com a perspectiva de que “Trabalho e Sociabilidade” não fica apenas no nível de uma idealização, mas na compreensão de que somos seres sociais que devem desenvolver um nível de consciência com instrumentos críticos sobre as forças mais determinantes do real, bem como a capacidade de articular intervenções na realidade de modo a colocar o ser humano em primeiro plano.

A visão de Marx e Engels é que não é em uma concepção superior nem na idealização de uma igualdade no gênero humano que as condições materiais dos homens podem ser enfrentadas nas suas contradições. É necessário perceber a sociedade como um mundo humanamente construído. Assim, é nas ações humanas, conscientes, que se encontram as possibilidades concretas de transformação da estrutura social.

Portanto, a totalidade que envolve as relações sociais e as relações espirituais (no nível da consciência) deve ser vista como uma totalidade dialética que não se baseia em polarizações que, ao desvincular o material do espiritual, separam as ações voltadas para a moldagem da consciência da objetividade científica empiricista. Uma separação, por exemplo, como indica Mészáros, entre o Marx sociólogo e o Marx revolucionário (ou ideólogo). Sobre essa questão, Mészáros (2008, p. 64) afirma que:

romper a unidade dialética do conjunto de conceitos marxianos leva inevitavelmente a esse tipo de polarização, que traz consigo a escolha inevitável entre a “objetividade científica” do empiricismo tolo – o agrupamento vulgar dos fragmentos da imediatez fenomênica, glorificados como “princípios científicos corretos” – e a mitologia empolada do “ativismo político como uma categoria à parte”, que se supõe seja responsável, por si só, pela “moldagem da consciência”. (Não é preciso dizer que podemos encontrar uma grande variedade de polarização artificial em teorias específicas, que têm em comum a metodologia baseada numa separação rígida e não dialética entre “conceitos *teóricos*” e “conceitos *práticos*”, divorciando “a teoria axiologicamente neutra”, “a filosofia pura”, “o conhecimento científico” e “a teoria empírica” da “ideologia”; “a descrição” da “avaliação”; “a análise” da “síntese”; “os fatos sociais” dos “tipos ideais”; “a racionalidade do emotivismo”; “o naturalismo” do “prescritivismo”; “os fatos” dos “valores”; “a necessidade” da “liberdade”; o “é” do “deve” etc. Essas teorias, invariavelmente, se satisfazem em formular programas irrealizáveis para *outras* – e, por causa dessa metodologia de polarização rígida, são *a priori* irrealizáveis).

Ora, é somente como ser social que o homem pode se perceber enquanto ser humano que constrói o mundo por meio do trabalho, da consciência, da linguagem e das relações sociais. É o carecimento que produz a necessidade do intercâmbio dos seres humanos com a natureza e entre si. Sem esse intercâmbio, sem as relações que são

construídas socialmente no espaço e no tempo não é possível entender a dimensão humana e natural dos seres humanos. Por isso que espírito, matéria e linguagem se interpenetram no processo histórico de construção do ser social, cujo reflexo permanente está fundado nas relações humanas de trabalho. A dimensão social do ser humano tem o sentido de que a consciência é e será sempre determinada pelo ser social. É a isso que se referem Marx e Engels (2007, p. 34) quando afirmam que:

o homem é também “consciência”. Mas esta também não é, desde o início, consciência “pura”. O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens.

No processo histórico de produção do ser social e, portanto, da consciência, os seres humanos se debatem enquanto corpos que lutam material e espiritualmente para se manterem vivos e ativos socialmente. Nesse processo todo, a história se desenvolve de geração para geração. Esse desenvolvimento não significa o dissolver-se da história na autoconsciência, como espírito do espírito. O resultado desse desenvolvimento é material, ou seja, conforme Marx e Engels (2007, p. 43):

uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. Essa soma de forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real [*reale*] daquilo que os filósofos representam como “substância” e “essência do homem”, aquilo que eles apoteosaram e combateram; um fundamento real que, em seus efeitos e influências sobre o desenvolvimento dos homens, não é nem de longe atingido pelo fato de esses filósofos contra ele se rebelarem como “autoconsciência” e como o “Único”.

Portanto, as relações sociais que envolvem os seres humanos, suas consciências e linguagens, têm uma correlação com a natureza, com a matéria, com os meios de produção,

com as forças produtivas, com o trabalho, sendo que tudo isso se reflete nos corpos (e nas consciências) humanos situados no espaço e no tempo. Se as condições de existência da grande maioria dos seres humanos são deploráveis e abjetas, é porque constituem um processo histórico em que, tanto material quanto espiritualmente, a dominação está posta na contramão da natureza humana, do processo natural de humanização dos seres humanos. Daí que a dominação material – como a subjugação dos seres humanos a condições de trabalho baseadas na exploração, no sofrimento, nas doenças socialmente produzidas, na desumanização, na precariedade e no aviltamento dos trabalhadores – se reflete nas piores condições de vida material e espiritual.

Isso significa que a dominação, no modo histórico de produção capitalista, por exemplo, passa pela via material e pela via espiritual. E, mais ainda, os que dominam têm consciência e produzem ideias que, na aparência e, enquanto produtos de uma sociedade alienada, na realidade, dão sentido e legitimidade à dominação. Marx e Engels (2007, p. 47) se referem à produção das ideias dominantes da seguinte maneira:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.

É importante atentarmos para o caráter de historicidade que Marx e Engels imprimem à constatação da relação entre a força material e a força espiritual dominante da sociedade. Elas existem de fato, mas jamais podem ser analisadas como definitivas, como tendências naturais e lógicas das construções do mundo humano. Ora, se o que existe na consciência, em termos de ideias e representações, não pode ser desvencilhado da vida e das ações concretas dos seres humanos, e se tanto a produção material quanto as ideias e representações são produzidas pelos próprios seres humanos, então a historicidade é a

marca da essencialidade do humano. É nesse sentido que, para Marx e Engels (2007, p. 94):

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas.

Em “Trabalho e Sociabilidade” trabalhamos com a perspectiva de que o trabalho é o fundamento essencial do ser social, que vivemos em uma sociedade em que o trabalho é desvalorizado enquanto o capital é sobrevalorizado e que a vida humana guiada pelo capital não pode reconhecer limites e obstáculos no seu caminho. As táticas e estratégias de pessoas, empresas, governos e indústrias devem ser pensadas, configuradas e reconfiguradas num todo social em que o acesso aos bens e serviços fundamentais para a reprodução da vida, para a realização humana no seu intercâmbio com a natureza e para a constituição de uma sociedade não alienada é negado à grande maioria dos seres humanos, ou melhor, essa grande maioria produz bens e serviços que lhes estranhos e os quais lhes são negados.

Esse dilema da exclusão é intrínseco ao sistema do capital, isto é, ele perdurará enquanto o capital dominar as relações sociais entre os seres humanos. Trata-se de um sistema complexo que envolve e enraíza pessoas, instituições, governos e empresas em construções sociais diversificadas, contraditórias e permeadas pela competitividade. Com o capital invadindo todos os poros da sociedade, a configuração e a reconfiguração dos mercados se misturam às relações sociais cotidianas e o maior tempo de cada vida humana passa a ser determinado pelo ritmo, pelos avanços e pela voracidade da expansão e da acumulação do próprio capital.

Ora, a realidade deste início do século XXI é uma demonstração incontestável de que a história do capitalismo é uma história dramática de uma luta de classes que não reconhece limites às suas formas de manter a dominação. O cotidiano da grande parte da população mundial é tecido por imposições de forças econômicas, políticas, ideológicas e culturais que variam no tempo e no espaço, a partir de distintas formas históricas de

resistência ou integração a essas forças, cujas variações se sustentam e se mantêm articuladas aos mesmos elementos estruturais do sistema do capital.

O processo de formação do capitalismo é inseparável de sua tendência histórica de construção de uma realidade decadente nas suas origens e, neste sentido, decadente na elaboração e articulação de seus conceitos e categorias que explicam o real, ou seja, decadente ideologicamente. As evoluções do capitalismo, caracterizadas principalmente pelos avanços técnicos, tecnológicos e científicos não são tributárias das virtudes deste sistema, mas sim do fundamento ontológico que proporciona, contraditoriamente, a realidade e a permanência do capital e do capitalismo, isto é, o trabalho.

O trabalho agregado nas mais diversas formas de sociabilidade é o fundamento primeiro que, no intercâmbio imprescindível com a natureza, produz os bens primordiais para a sobrevivência humana, as técnicas e os instrumentos de produção, máquinas, sistemas de energia, fábricas, indústrias, enfim as riquezas de todo o sistema capitalista. No cotidiano de centenas de anos de estruturação das formas de sociabilidades capitalistas, o trabalho é a categoria central que forja os laços que as sustentam. Assim, as relações socioeconômicas de dominação, sem as quais o capitalismo não perpetua, se expressam na subordinação histórico-estrutural do trabalho ao capital. Esta subordinação, que utiliza forças e meios ideológicos para evidenciar o capital e subsumir o trabalho no processo de produção de riquezas, constrói um mundo defeituoso na sua essência.

O percurso do capitalismo, do mercantilismo às sofisticações do sistema financeiro globalizado, expressa em intensidade e clareza – clareza que construiu (ir)racionalmente teorias, nos âmbitos econômico, sociológico, político e, mais recentemente, nas áreas da administração, contabilidade, propaganda e publicidade, que obscurecem e manipulam a realidade – as contradições que demonstram o sentido de sua decadência real e ideológica.

A gênese estrutural do sistema do capital – que se sustenta no trabalho assalariado, alienado e estranhado e na propriedade privada – traz consigo um processo histórico e um projeto material com um alto custo para a maior parcela da humanidade, como atestam as disputas econômicas, as concorrências desenfreadas e destruidoras dos homens e da natureza, as guerras por produtos estratégicos para o funcionamento da máquina capitalista, os gastos exorbitantes com produção e comercialização de armamentos³, a

³ Conforme o Instituto de Pesquisa da Paz Internacional de Estocolmo (Stockholm International Peace Research Institute - SIPRI), o gasto militar global em 2008 está estimado em 1,464 trilhão de dólares, o que representa 2,4% do PIB global em 2008. Isso representa um aumento real de 4% em comparação com 2007 e de 45% desde 1999. Por sua vez, a produção global de armas continua a aumentar. Desde 2002, o valor das vendas das 100 maiores companhias produtoras de armas do mundo aumentou 37% em termos reais. No topo das 100, 44 companhias norte-americanas respondem por 61% das vendas de armas em 2007; a Europa

ciranda financeira de valorização do capital – que tem sua origem no trabalho que produz riquezas, mas que é permanentemente desvalorizado –, a situação de penúria e miséria na qual se encontra a grande maioria da população mundial, a enorme concentração de renda e riqueza e a impossibilidade de acesso ao mínimo dos bens e serviços alardeados pelas propagandas defensoras das virtudes do sistema do capital, a fome avassaladora em dimensões continentais, as doenças e epidemias produzidas social e economicamente, o aumento das favelas e das condições mais abjetas e repugnantes de vida, a poluição, a destruição de matas e florestas, o desmantelamento e a precarização dos sistemas educacionais nos países pobres e emergentes, enfim a obsessão pelo lucro a quaisquer custos.

A racionalidade ontológica e explicativa do processo de constituição e universalização do chamado mundo capitalista, isto é, a estruturação e formatação material e racional do sistema do capital, é mais bem traduzida como um irracionalismo estrutural que carrega em si, não como profecia, mas como constatação histórico-científica, uma decadência – da vida, da existência e do meio natural – evolutiva e, portanto, irreversível. Não fosse o trabalho vivo de bilhões de homens, mulheres e crianças e o trabalho morto incrustado nas máquinas, instrumentos e equipamentos, ao longo de vários séculos, as admiráveis invenções e inovações da sociedade e da economia capitalista seriam uma miragem. Assim, a decadência real e ideológica⁴ que está na essência do sistema sociometabólico do capital coaduna-se com a construção de um mundo estranhado, porque é pelo trabalho estranhado e alienado que a dinâmica do mundo capitalista é construída e mantida.

O caráter de historicidade das construções sociais, econômicas e políticas é o recurso mais racional que nos auxilia na compreensão da inter-relação entre realidade e racionalidade. Tanto uma quanto a outra são formas históricas, portanto essencialmente humanas, de ação e reflexão mediadas pelo fundamento primeiro de existir e permanecer

ocidental por 31%; e Rússia, Japão, Israel e Índia pelo restante. Receitas, lucros e reservas dessas companhias também sofreram os impactos da atual crise financeira global e poderão enfrentar uma redução da demanda se governos cortarem gastos militares em função do aumento de seus déficits orçamentários. As companhias russas, por exemplo, com dificuldades de fluxo de caixa, estão recebendo ajuda governamental. Em termos de transferência internacional de armas, o comércio de armas convencionais tem tido uma tendência crescente desde 2005. Por exemplo, a média anual no período 2004-2008 foi 21% maior do que no período 2000-2004. Os Estados Unidos e a Rússia são os maiores exportadores de armas, seguidos por Alemanha, França e Reino Unido. Esses cinco países respondem por 79 % das exportações de armas no período 2004-2008. Os maiores importadores são: a Ásia Oriental, a Europa e o Oriente Médio, que juntos respondem por 20% de todas as importações; a China é o maior importador individual, seguida por Índia, Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul e Grécia. Para maiores informações e detalhes acessar < www.sipri.org >.

⁴ Para uma maior compreensão do sentido de decadência ideológica conferir PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

vivo, ou seja, o trabalho. De fato, as formas de organização social e econômica espalhadas no tempo e no espaço histórico se interligam diretamente com as formas de organização do trabalho.

A produção das relações sociais no capitalismo acompanha as formas dos homens se relacionarem com e no trabalho. As relações, ao serem produzidas como as coisas, não são eternas, mas passíveis de reflexões e transformações. No capitalismo, as formas de trabalho e de relações sociais se emaranham a formas de dominação, expressas, camufladas ou sutis, cujos princípios e fins são ditados pelo capital, o que constitui um irracionalismo – ou um racionalismo arquitetado e materializado em diversas formas de dominação econômica, política, repressiva e ideológica –, pois sustenta uma ordem socioeconômica caracterizada por séculos de exploração e destruição.

O processo de formação do capitalismo se traduz numa história de constante desvalorização da vida humana e da natureza e de valorização do mundo das coisas. Os avanços nas áreas técnico-científica – como química, física, biologia, fisiologia; máquinas, equipamentos e administração; indústrias farmacêutica, de transportes e petroquímica; microeletrônica, informática, telemática e robótica; todas dependentes de uma intensa quantidade de trabalho –, por mais que sejam colocados como compensações para facilitar e dar conforto à vida dos homens em sociedade, têm um custo irracional, problemático, mantenedor dos privilégios das elites econômicas e políticas, pois a forma de sustentação deste sistema sociometabólico do capital construiu problemas estruturais da vida em sociedade insolúveis do ponto de vista do capital⁵ e de sua necessidade intrínseca de valorização: urbanização falida e decadente, com grandes contingentes humanos vivendo em meio ao lixo, esgotos, excrementos, poluição, doenças, epidemias e violência; no campo, a intensa especulação pela agroindústria, com a exploração do trabalho, o desmatamento, o crescente uso de agrotóxicos e herbicidas, o êxodo rural e a violência.

Aliás, no século XIX, Marx já percebia e identificava as raízes dos grandes problemas do sistema do capital. Para ele, o mundo capitalista demonstrava com sobras as contradições que subjugavam e mantinham os trabalhadores nas mais precárias e desumanas condições de trabalho, ao mesmo tempo em que gerava muitas riquezas. Um mundo rico e pobre, de dominantes e de dominados, de privilégios para a minoria e de carências e sofrimentos para a maioria, de abundância para poucos e de necessidades primárias para muitos, enfim um mundo estranho, irreconhecível, mas posto pelas formas

⁵ A obra de Mészáros *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* pode ser considerada, nos dias atuais, como a abordagem mais profunda e extensa sobre o sistema sociometabólico do capital e seus problemas fundamentais e estruturais.

dominantes de conhecimento como um mundo ordenado, bem administrado e eficiente quando se tem competência no planejamento e no uso racional dos recursos e das técnicas de trabalho.

A base de construção de um modo de produção está na maneira dos homens se relacionarem para produzir os bens e serviços necessários para o prosseguimento da vida. Daqui se estruturam e evoluem as relações sociais, políticas, culturais e espirituais. Em primeiro plano está o intercâmbio absolutamente necessário com a natureza. As formações sociais variam no tempo e no espaço que os homens vivenciam historicamente. A formação social capitalista, como um modo histórico de produção, tem um longo processo de estruturação e maturação que não seria possível não fosse a sua forma específica de trabalho: estranhado e alienado nas diferentes sociedades dominadas pelo sistema do capital. Ora, um mundo capitalista num crescente movimento histórico de universalização, que tem sua base de construção no trabalho estranhado e alienado, só pode ser um mundo indubitavelmente estranho. É um mundo em que o trabalho, o processo de trabalho e os trabalhadores são estranhos nas atividades que dinamizam o cotidiano, os projetos e planejamentos para o futuro deste mundo, porque o tempo todo dessa construção é dominado pela subordinação do trabalho ao capital. Nisso reside a decadência real e ideológica que caracteriza a construção do capitalismo.

Marx analisou de forma profunda o sentido do estranhamento no trabalho. Para Marx (2004, p. 81):

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (sachlich), é a objetivação (Vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (Verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (Entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (Entfremdung), como alienação (Entäusserung).

A efetivação do trabalho tanto aparece como desefetivação que o trabalhador é desefetivado até morrer de fome. A objetivação tanto

aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento (Entfremdung) que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital.

As formas de organização da produção, das relações de trabalho, da determinação do que produzir e da apropriação do que foi produzido são determinantes para compreendermos as relações sociais, políticas, culturais e ideológicas entre os homens, bem como as maneiras predominantes de dominação. O capitalismo passa essencialmente pela dominação econômica, por uma forma de apropriação dos meios de produção, distribuição e consumo sustentada no poder econômico e político. A ideologia da liberdade e do assalariamento baseado na qualificação e na produtividade dinamiza as relações de produção e mantém um cotidiano mistificado, de exploração e espoliação dos trabalhadores, assim como os privilégios e riquezas das elites dominantes.

É certo que são muitas e complexas as questões que perpassam as sociabilidades, bem como as relações de trabalho, no mundo contemporâneo. Temos consciência das limitações de tempo e espaço que envolvem o trabalho com a unidade temática “Trabalho e Sociabilidade” nos cursos de Licenciaturas e de Serviço Social na UFTM. No entanto, nosso objetivo primordial com esta unidade é trabalhar os fundamentos críticos que levam os alunos a desenvolver o espírito de indagação sobre as forças que predominam no processo histórico de dominação capitalista e sobre a essencialidade do trabalho na construção das sociabilidades.

Discutimos com os nossos alunos as bases reais do processo histórico do tornar-se homem, de suas materialidades e das construções de ideologias que mantêm as forças de dominação entre os seres humanos. A visão da história como movimento, como dinâmica, como construção social deve despertar os alunos para as críticas às visões de imutabilidade e naturalidade das relações sociais. As reflexões de Marx e outros pensadores que tomam seus pressupostos teóricos básicos são fundamentais para essa compreensão. Ao tomar a história humana como processo e o homem como um *tornar-se* por meio de sua própria atividade, o pensamento marxiano rompe com a visão da imutabilidade histórica, com a perspectiva estática do homem como um ser essencialmente egoísta. Esta suposição do homem egoísta tem sido um fundamento absoluto de várias construções teóricas, ponto de partida essencial para a formulação de argumentos auto-justificadores. E quando Marx

coloca o trabalho na centralidade de seu pensamento, na verdade ele coloca o próprio homem. Por isso, sua crítica à economia política é uma crítica radical. Nesse sentido, para Mészáros (2006, p. 136):

Todo o debate econômico culmina num novo conceito de homem. Pois, ao discutir os problemas cruciais da divisão do trabalho, Marx questiona radicalmente a explicação da *natureza humana* dada pelos economistas políticos.

Podemos recordar que ele elogiou a economia política liberal por ter-se abstraído das aparências individuais das inter-relações humanas, por ter desenvolvido, de forma tão aguda e consistente, embora unilateral, a idéia do trabalho como a única essência da riqueza, e por ter incorporado a propriedade privada ao próprio homem. Ele elogiou os economistas porque nessas realizações eles superaram efetivamente as limitações dos “idólatras, fetichistas, católicos”. Contudo, esses avanços dos economistas possuem também um outro lado. A abstração coerente das aparências individuais conduziu a um novo estranhamento do homem. E a incorporação da propriedade privada no próprio homem levou a colocá-lo na órbita da propriedade e da alienação.

Ora, se o trabalhador é um ser humano e o humano é o que os homens se tornam pelas suas atividades, o trabalho, de fato, não pode ser considerado abstratamente como uma coisa. Mas, as relações sociais e de produção estabelecidas pelo sistema do capital têm exatamente esse caráter de transformar trabalho e homem numa coisa, o que desvaloriza o mundo dos homens e coloca as coisas, o produto do próprio trabalho humano, acima dos homens, dominando-os implacavelmente. Essa inversão de relações em que o mundo das coisas – como se este não fosse produto do mundo dos homens – predomina sobre o mundo dos homens tem uma relação direta com a forma com que os homens se relacionam socialmente.

As coisas que estão no interior das relações sociais capitalistas são determinadas pelo sistema de comando do capital, que no curso do processo histórico capitalista toma os pressupostos de seu devir – fundamentalmente o trabalho e seu excedente – e os coloca como resultados de sua ação e de seu ser. É por isso que o capital é *causa sui*, é uma coisa, mas coisa cuja existência só é possível a partir das relações sociais de produção capitalistas, e cujo enfrentamento deve partir da compreensão do capital realmente apenas como uma coisa, já que o capital, um produto, se tornou proprietário de seu produtor, o trabalhador. Para Mészáros (2002, p. 710):

A condição crucial para a existência e o funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer *comando sobre o trabalho*. Naturalmente, as modalidades pelas quais este comando pode e deve ser exercido estão

sujeitas às mudanças históricas capazes de assumir as formas mais desconcertantes. Mas a *condição absoluta* do comando objetivado e alienado sobre o trabalho – exercido de modo indivisível pelo capital e por mais ninguém, sob quaisquer que sejam suas formas realmente existentes e possíveis – deve permanecer sempre. Sem ela, o capital deixaria de ser capital e desapareceria da cena histórica.

Portanto, além do comando, do enfrentamento e da dominação do trabalhador, o capital exerce um controle sociometabólico com um poder sem precedentes na história. A forma como os homens estabelecem suas relações sociais é essencial para o funcionamento desse sociometabolismo. Por isso que, a partir da determinação do capital, as relações sociais de produção entre pessoas se expressam na forma de uma relação de coisas com pessoas, sendo as coisas mais importantes do que as pessoas. Assim, nesse sistema a dominação do trabalhador é determinante para a existência e a sustentação do próprio sistema, pois sem ela o capital se arrefeceria e as coisas deveriam ser produzidas não no sentido da produção de riqueza, mas no da riqueza da produção e da valorização dos próprios homens.

Ao citar Marx, Mészáros (2002, p. 707) nos alerta para a necessidade de compreendermos a perversa circularidade do sistema do capital como caminho para escaparmos do círculo vicioso da auto-reprodução ampliada do capital. Ele afirma que:

A questão é que, sem entender a *perversa circularidade* do sistema do capital – mediante a qual o trabalho, sob a forma de trabalho *objetivado*, *alienado*, se torna capital e, como *capital personificado*, enfrenta e domina o trabalhador –, não há como escapar do círculo vicioso da auto-reprodução ampliada do capital como o modo mais poderoso de controle sociometabólico jamais conhecido na história. Pois, o poder que domina o trabalhador é o poder circularmente transformado do próprio trabalho social, que assume uma forma “atrofiada, travestida” e se afirma na “situação *fetichizada* em que o *produto é o proprietário do produtor*”. Em outras palavras, o “caráter social” etc., do trabalho do trabalhador o enfrenta, tanto “conceitualmente” como “de fato”, não apenas como alheio, mas hostil e antagônico, como também *objetivado e personificado* no capital. Assim, para ser capaz de romper o círculo vicioso do capital, como forma de controle sociometabólico, é necessário enfrentar o fetichismo do sistema em sua forma plenamente desenvolvida. Uma tarefa que exige que se compreenda que “o capital é apenas uma *coisa*, tal como o dinheiro o é. No capital, tal como no dinheiro, *relações sociais de produção definidas entre pessoas* são expressas *como relação de coisas* com pessoas, ou conexões sociais definidas aparecem como *características sociais naturalmente pertencentes* a coisas [...] O dinheiro não pode se tornar capital sem ser trocado por capacidade de trabalho como uma mercadoria vendida pelo próprio trabalhador. Por outro lado, o trabalho só pode aparecer como trabalho assalariado quando suas próprias condições objetivas o

encontram como forças egoístas, como propriedade alheia, valor existente por si mesmo e apoiado em si próprio, em resumo, como capital [...] essas condições objetivas devem, do ponto de vista formal, enfrentar o trabalho como poderes estranhos, *independentes*, como valor – trabalho objetivado – para o qual o trabalho vivo não passa de um meio de sua própria preservação e expansão”.

Entrar, portanto, na discussão e na busca da compreensão da circularidade perversa do sistema do capital é um desafio que nos colocamos o tempo todo na elaboração e na concretização da unidade temática “Trabalho e Sociabilidade” junto aos alunos de Licenciaturas e de Serviço Social da UFTM, uma vez que entrar nas análises desta circularidade é procurar enxergar como “o trabalho objetivado, alienado, se torna capital, e como capital personificado, enfrenta e domina o trabalhador”. Como os alunos estão na universidade à procura de uma formação que lhes garanta um trabalho ou à procura de melhores condições de trabalho, pensar e analisar criticamente as questões relativas ao mundo do trabalho e sua relação com as sociabilidades, questões sobre as quais refletimos neste texto, torna-se crucial na vida desses alunos que, como muitos deles, já vivenciam e sentem o peso da exploração do trabalho pelo capital, ou que se preparam para entrar no mercado de trabalho num futuro próximo.

Bibliografia

DAVIS, Mike. Entrevista com Mike Davis. **Margem esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo, n. 12, p. 11-23, nov. 2008.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006. 270 p.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Mandacaru, 1989. 365 p.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo editorial, 2004. 175 p.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução Rubens Enderle, Nélvio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. 614 p.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método**. Tradução Luciana Pudenzi, Francisco Raul Cornejo e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009. 309 p.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. Tradução Laboratório de Tradução Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008. 237 p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas: editora da Unicamp; São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1102 p.

PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica**. São Paulo: Boitempo, 2009. 144 p.